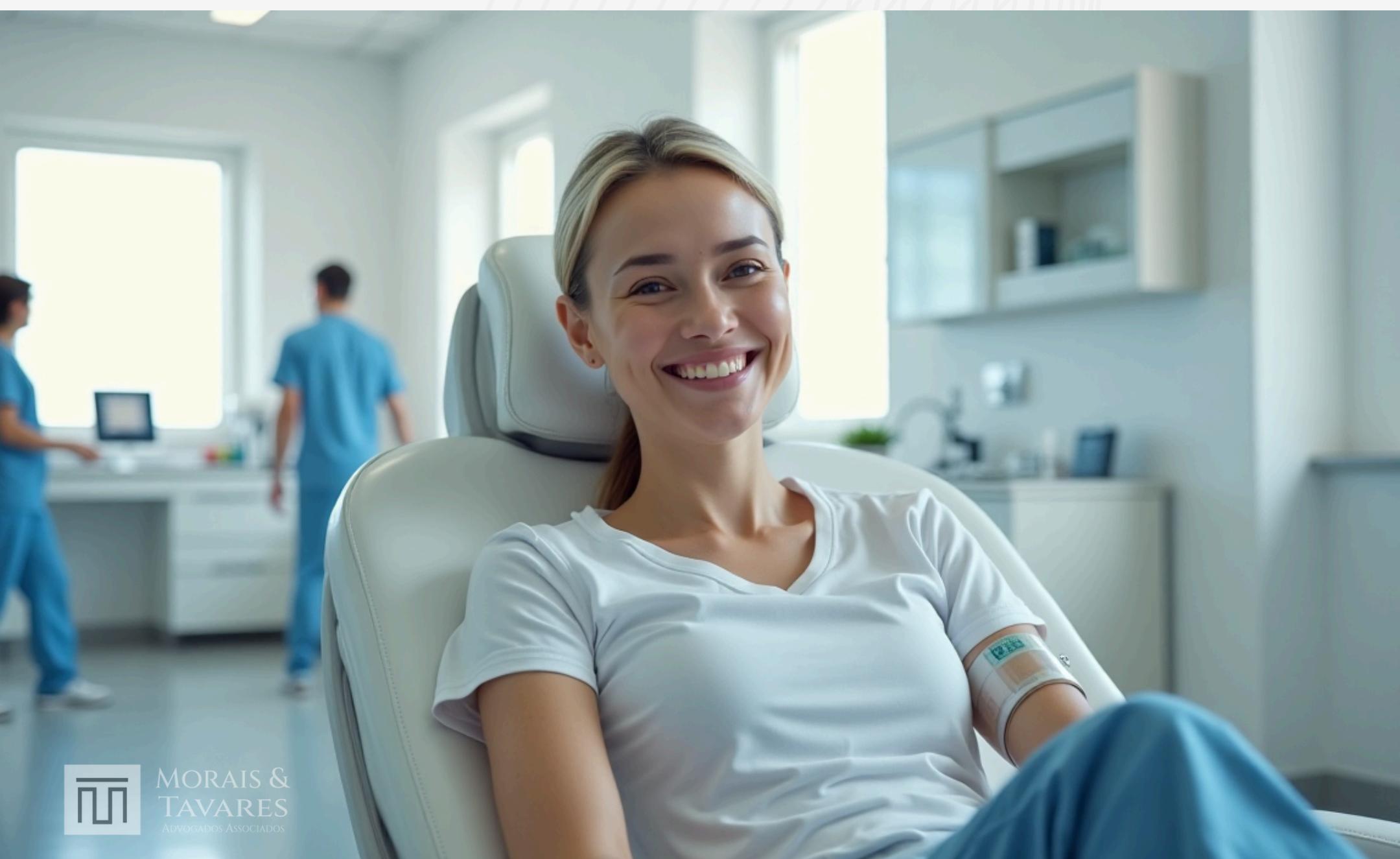


# Negativa de Tratamento pelo Plano de Saúde: Entenda Seus Direitos e Como Reagir

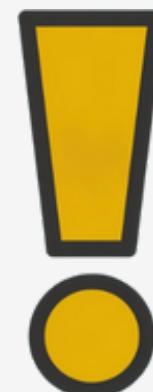
Morais & Tavares Advogados Associados



MORAIS &  
TAVARES  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**Você pagou pelo plano de saúde esperando segurança. Mas, ao precisar de um exame, cirurgia, medicamento ou internação, recebeu uma resposta negativa.**

Prefere ouvir do que ler?



lei  
de  
boa

Entenda seus direitos  
de forma fácil e direta

Clique escute [audio file]

! lei  
de  
boa

Entenda seus direitos  
de forma fácil e direta



Clique e escute



Infelizmente, a recusa de cobertura por operadoras de saúde é mais comum do que deveria — mesmo em situações de urgência ou com indicação médica clara.

Este guia foi criado para orientar pacientes sobre o que fazer diante de uma negativa de tratamento, como agir rapidamente e quando é possível buscar judicialmente a liberação ou indenização por danos sofridos.

O **Moraes & Tavares Advogados Associados** atua com foco em **Direito Médico e da Saúde**, com experiência na defesa de pacientes em situações de **negativa indevida de cobertura**.



---

## 1. O plano de saúde pode negar tratamento indicado por um médico?

**Não. Se o tratamento está indicado por um profissional habilitado, a operadora não pode substituir a prescrição médica por sua própria interpretação.** A recusa é ilegal quando fere a **boa-fé contratual**, coloca o paciente em risco ou desrespeita normas da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

---

## 2. Quais são os tipos mais comuns de negativas indevidas?

- **Recusa de cirurgia ou internação** com alegação de que não está no rol da ANS.
- **Negativa de exames de alta complexidade** ou tratamentos de alto custo.
- **Não fornecimento de medicamentos**, inclusive off-label, mesmo com prescrição médica.
- **Imposição de carência indevida** em situações de urgência ou emergência.
- **Descredenciamento do profissional ou hospital** no meio do tratamento.

---

### **3. O que o paciente deve fazer ao receber uma negativa do plano?**

- **Peça a negativa por escrito**, com a justificativa da operadora (direito garantido por lei).
- **Guarde a prescrição médica**, com CID e justificativa técnica.
- **Documente tudo**: protocolos de atendimento, e-mails e gravações, se houver.
- **Procure um advogado especializado em Direito da Saúde** para avaliar a possibilidade de liminar.

---

### **4. Em casos de urgência, é possível obter liberação imediata do tratamento na Justiça?**

Sim. É possível ingressar com um pedido de tutela de urgência (liminar) para obrigar o plano a autorizar o tratamento imediatamente.

Nesses casos, o juiz pode determinar a **cobertura**, com base em laudos médicos e na urgência do caso.

---

## 5. O plano pode negar cobertura dizendo que o procedimento “não está no rol da ANS”?

**Não de forma absoluta.** O entendimento é que o rol da ANS é taxativo mitigado. Isso significa que ele representa uma lista básica **obrigatória**, mas não impede a cobertura de procedimentos fora do rol, desde que preenchidos determinados critérios.

**Em casos excepcionais**, a Justiça pode obrigar a cobertura de tratamentos fora do rol da ANS, desde que:

- **Haja prescrição médica fundamentada;**
- **O tratamento seja eficaz, indispensável e seguro;**
- **Não exista alternativa terapêutica substitutiva incluída no rol;**
- **O procedimento tenha respaldo em evidências científicas ou recomendações de órgãos técnicos nacionais ou internacionais.**



---

## 76ativa de tratamento?

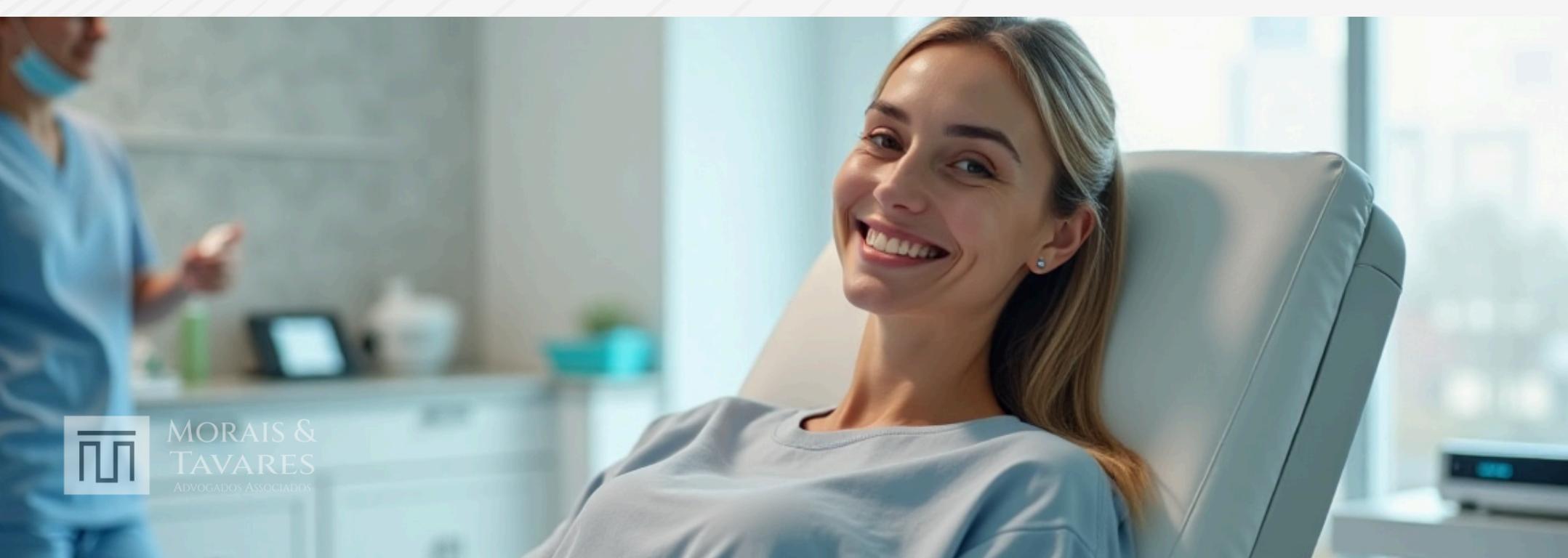
Sim. A recusa indevida que coloca a saúde ou a vida do paciente em risco pode gerar indenização por danos morais, além da obrigação de custear o tratamento.

O valor é avaliado conforme os prejuízos sofridos, a gravidade da recusa e o impacto emocional gerado.

---

## 7. Quais documentos são necessários para um pedido judicial?

- Prescrição médica com CID e justificativa técnica.
- Carta de negativa do plano (ou protocolo de atendimento).
- Comprovantes de pagamento do plano.
- Exames, laudos e histórico médico.
- Evidência de urgência, quando for o caso (ex.: relatório médico, sintomas).



---

## 8. O plano de saúde pode impor carência em casos urgentes?

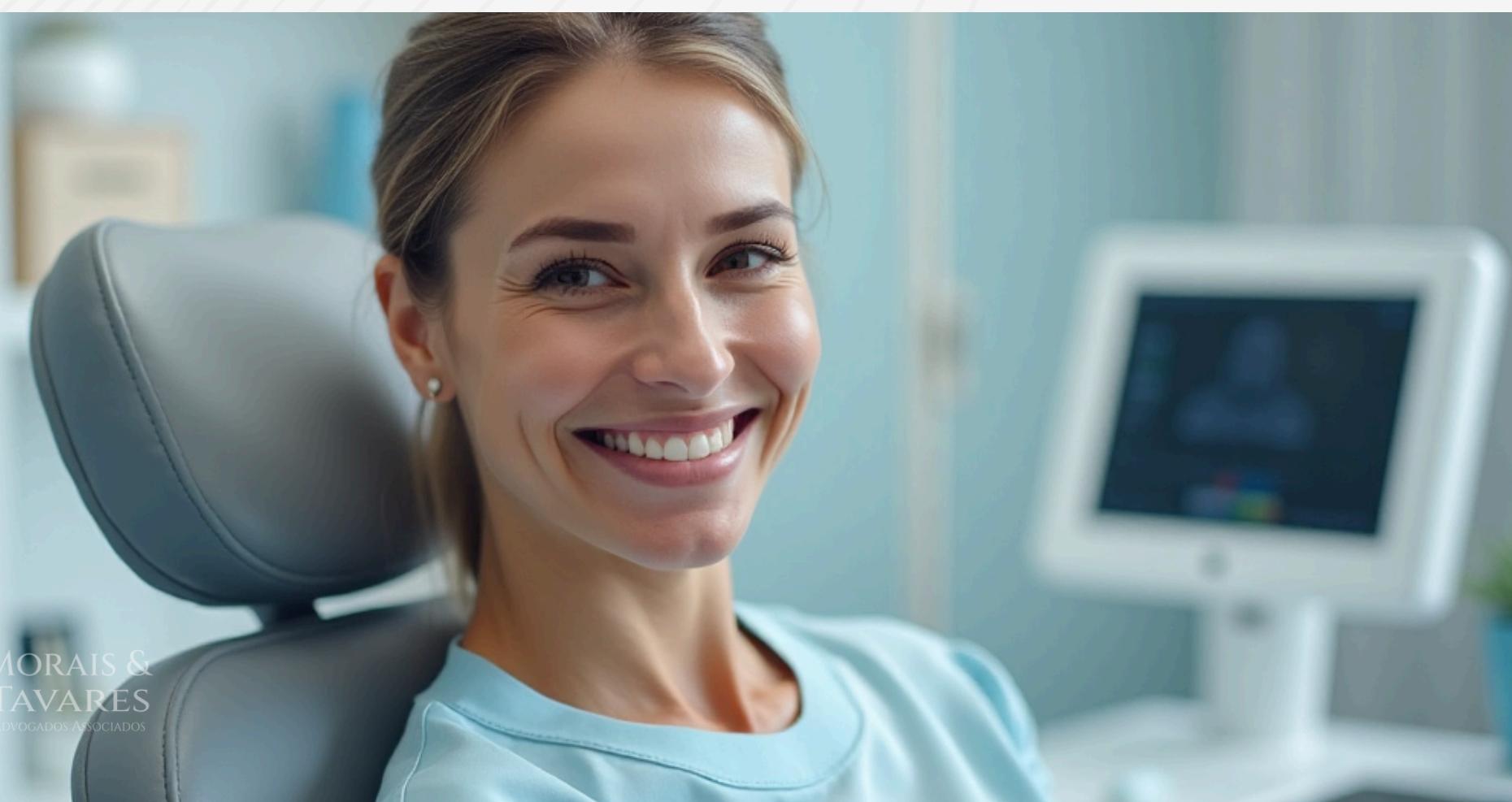
**Não. Em situações de urgência e emergência, a ANS determina que a cobertura deve ser imediata, mesmo que o período de carência não tenha terminado.**

Recusar o atendimento nesses casos é ilegal e pode gerar responsabilização civil.

---

## 9. É possível exigir o fornecimento de medicamentos de alto custo ou fora do rol da ANS?

**Sim. Se o remédio for essencial para o tratamento, tiver registro na Anvisa e houver prescrição médica justificada, é possível exigir o fornecimento. Mesmo que o medicamento esteja fora do rol da ANS ou tenha uso off-label, a Justiça pode determinar sua liberação.**



---

## 10. Qual o prazo para entrar com ação contra o plano de saúde?

O prazo, em regra, é de 5 anos a partir da negativa, com base no Código de Defesa do Consumidor. Mas quanto antes agir, melhor, especialmente se o objetivo for obter o tratamento com urgência.

---

## 11. Como o Morais & Tavares pode ajudar em casos de negativa de tratamento?

O **Morais & Tavares Advogados Associados** atua com foco na defesa de pacientes em situações como:

- Negativa de cirurgias, exames, medicamentos ou terapias;
- Pedidos de liminar para garantir cobertura imediata;
- Ações de indenização por danos morais e materiais;
- Casos envolvendo doenças graves, crônicas ou emergenciais.

Oferecemos análise técnica, e acompanhamento humanizado — porque defender a saúde também é um ato de justiça.

# Morais & Tavares Advogados Associados, um escritório como você nunca viu.

## Nossas marcas:



MORAIS &  
TAVARES  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



Pioneirismo em Advocacia Sustentável e Inovadora



FALE CONOSCO AGORA



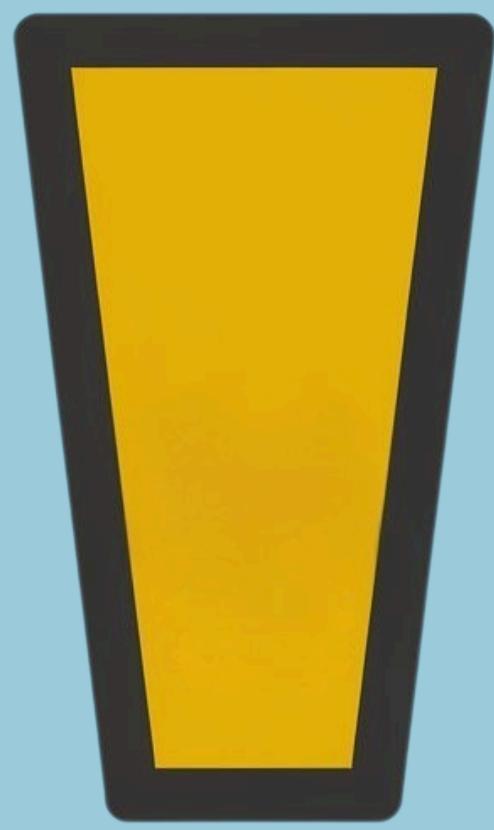
MORAIS & TAVARES ADVOGADOS ASSOCIADOS

 [moraistavares.adv.br](http://moraistavares.adv.br)

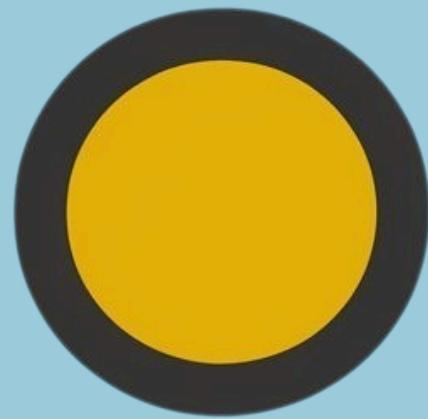
CNPJ: 32.658.358/0001-00



Cuidamos do que realmente importa — Você!



lei  
de  
boa



Entenda seus direitos  
de forma fácil e direta

Ouça no SpotiFy

